

*O Estado de São Paulo*  
*Segunda-feira, 28 de outubro de 2002*

## **Corações e mentes**

DIFICULDADES NA TRANSFORMAÇÃO DA VITÓRIA ELEITORAL EM  
VITÓRIA POLÍTICA

### **MARCELO DE PAIVA ABREU**

O que pode explicar a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva? Algumas das raízes remontam aos tristes dias do golpe militar em 1964, passam pelos anos de chumbo e pela repressão à luta armada, desaguando na retomada da militância sindical nos anos 70. O PT do final dos 80 refletia uma complexa coalizão de interesses, alguns objetivando a mudança, especialmente no quadro das políticas sociais, com ênfase em políticas nacionalistas e estatizantes. Entretanto, à representação da aristocracia sindical, da qual provém Lula, juntaram-se, com peso considerável, interesses corporativos no setor público que se viam ameaçados por programas de reforma de um Estado falido e ineficiente. Gradativamente novos segmentos foram sendo incorporados a esta aliança, entre eles os militares. No governo FHC, especialmente no segundo mandato, o desapontador desempenho econômico, somado à turbulência cambial de origem interna e externa, facilitou a ampliação do potencial de influência do PT. Até meados de 2001, entretanto, ainda com um programa marcado por grande irrealismo e que revelava em alguma medida a descrença interna na vitória. Na própria campanha, Lula beneficiou-se do efeito combinado da falta de densidade política da candidatura oficial e da superioridade qualitativa de seu marketing, e pôde, assim, minimizar a exposição de suas vulnerabilidades de conteúdo.

Foi a vitória dos corações, com direito a traços de sebastianismo e às simplificações de estilo. O "populismo cambial" virou o espantalho da vez, na vaga do marajá collarido de 1989. Em meio a melancólicas recriminações mútuas por conta do aprofundamento da crise econômica - "Você diz que a culpa é minha, mas de fato é sua" -, a realidade vai sendo reconstruída.

Começa com o "venho dizendo isto desde 1994" (por que não 1964?) e acaba no "sou apaixonado pela economia brasileira".

A magnífica vitória eleitoral, entretanto, é um ingrediente necessário, mas não suficiente, para que se configure notável vitória política. Para isto será preciso que uma administração com predominância petista decole, em meio a considerável turbulência, e atinja trajetória de equilíbrio sustentado tanto do ponto de vista econômico quanto político. A menor das dificuldades a enfrentar talvez seja a digestão de alguns aliados incômodos. O PT optou por seguir a cartilha tradicional: apoio político não se recusa, venha de onde vier. Que é boa lógica eleitoral, mas pode reduzir graus de liberdade na negociação da coalizão de sustentação do novo governo.

Mais grave é o dilema no médio prazo quanto à substância de um efetivo programa de governo: será o que refletirá as prioridades do partido, digamos, em meados de 2001 ou será o programa de campanha? As interpretações mais otimistas baseiam-se na hipótese de uma efetiva evolução do programa da nova coalizão governista rumo à social-democracia substantiva. A ação política do atual presidente oferece respaldo a esta conjectura. O Lula modelo 1989, produzido quase que sem alterações até 2001, pegou uma boa reforma, e o modelo 2002 tendeu a tornar-se o candidato in pectore de FHC e de outras lideranças do PSDB. Provavelmente, reformar Lula não era a estratégia inicial tucana, governista, ou mesmo palaciana. Mas a situação política do governo ficou tão difícil que forçou a troca do cavalo no meio do banhado. Alguns episódios nos quais a alegada neutralidade do Planalto foi claramente trincada alimentam esta interpretação. A demanda por tratamento equilibrado pelo Judiciário após a perda de foros especiais pode ter sido fator relevante a determinar o aumento da simpatia de círculos oficiais pelo principal candidato de oposição. Embora não tenha havido abandono claro da candidatura oficial, tal como ocorreu em 1950, e mesmo em 1960, pode-se pensar, sem excesso de malícia, em uma "cristianização" velada, depois que a candidatura foi percebida como desenganada.

Se a conversão da nova coalizão governista persistir, e efetivamente forem implementadas políticas ortodoxas, o presidente e o ministro Pedro Malan terão tido êxito surpreendente na sua catequese em

defesa da racionalidade econômica. O presidente estaria em posição de poder pensar, e até futuramente falar, em vitória da razão por linhas tortas. Como o marechal de Villars a Luís XIV, após a batalha de Malplaquet, na qual os franceses afinal se retiraram, mas impuseram ao inimigo o dobro das baixas que sofreram: "Se tivermos mais derrotas como esta, podemos contar com a destruição de nossos opositores." Seria a vitória das mentes, contraposta à vitória dos corações. Antes do veredicto das urnas já se ouviu um sintomático "venceremos, vença quem vencer" presidencial. Desejo ou fato, o futuro responderá.

O temor maior é que seja impossível a esta futura coalizão governista assegurar a manutenção da brusca guinada de inspiração eleitoreira, mesmo que agora sincera. A ênfase na arrumação de casa não parece ser o forte dos vitoriosos. Será um embate entre poucos Palocis e muitos xiitas. É difícil imaginar que haja disciplina política compatível com a manutenção da austeridade por um prazo razoavelmente longo. É aí que reside, e sempre residiu, a fragilidade da candidatura agora consagrada nas urnas.

Apesar da evidente necessidade de adaptações, a vitória da oposição no Brasil de 2002 tem parentesco com a vitória do trabalhismo britânico em 1945. Levou à vitória o fleumático primeiro-ministro Clement Attlee, autor de frase famosa que serve como uma luva ao vitorioso de ontem: "Democracy means government by discussion, but it is only effective if you can stop people talking" ("Democracia significa governo baseado em discussão, mas só é efetiva se você consegue fazer com que parem de conversar"). Mãos à obra.